

SOLIDÃO E ENVELHECIMENTO: O LUGAR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL

Camila Jordal Nishijima (PIC/CNPq/FA/UEM), Simone Pereira da Costa Dourado (Orientadora). E-mail: spcosta@uem.br

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: Sociologia; Outras Sociologias Específicas.

Palavras-chave: Solidão; Políticas Públicas; Pessoa Idosa.

RESUMO

A pesquisa que confere suporte a presente comunicação tem como objetivo investigar como as políticas voltadas para a pessoa idosa tratam a temática da solidão e *se e como* consideram a participação social dos idosos em diferentes contextos. Ela se divide em duas etapas principais: 1) análise documental dos marcadores legais voltados para o direcionamento das políticas para a pessoa idosa, 2) revisão da bibliografia que trata da temática do envelhecimento e da solidão em dois campos que tangenciam o debate, a sociologia e a psicologia. O foco consiste na análise dos processos sociais que analisam a velhice como uma fase de perdas de diferentes ordens, inclusive, emocionais e na compreensão dos mecanismos sociais capazes de influenciar o bem-estar nesta fase da vida.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um fenômeno complexo e multifacetado, envolvendo alterações biológicas, psicológicas e sociais. No que se refere às sociedades contemporâneas, é possível observar um aumento da expectativa de vida e um crescimento significativo na população idosa em vários países. Esse fenômeno demográfico traz consigo a necessidade de um olhar responsável sobre as condições de vida e os desafios enfrentados pelos idosos. A solidão, regularmente intensificada pelo isolamento social e pela perda de vínculos expressivos, torna-se uma questão crítica que pode influenciar negativamente o bem-estar emocional dos idosos.

A chegada na velhice é, muitas vezes, associada a sentimentos de solidão e isolamento que são condicionadas por fatores diversos, a exemplo da ausência de redes próximas de apoio. Nesse contexto, a teoria da integração social, amparada na tradição do pensamento durkheimiano, se destaca como um alicerce para a promoção de um envelhecimento bem-sucedido, salientando a importância das frequentes interações sociais e do apoio comunitário na minimização dos impactos negativos da solidão.

O Estatuto do Idoso, sancionado no Brasil em 1º de outubro de 2003, simboliza um marco legal para as condições de vida dessa população. Nele e em

legislações internacionais como as produzidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) estão incluídas ações e metas para mitigar os efeitos do isolamento social e da solidão na vida dos mais velhos.

A presente pesquisa empregou um recorte temporal baseado na implementação e nos subsequentes desdobramentos do Estatuto do Idoso, legitimado no Brasil no ano de 2003. Tornando-se uma lei fundamental e de suma relevância para o entendimento das alterações nas políticas públicas e nas condições de vida dos idosos ao longo de pouco mais de duas décadas de promulgação. Desse modo, o foco consistiu no impacto da aprovação deste Estatuto, bem como as possíveis melhorias no suporte social criadas para pessoas idosas, possibilitando avaliar seu efeito inicial na vida dessa população, com base em discussões atreladas às políticas públicas e estratégias de apoio destinadas a melhorar a qualidade de vida na terceira idade.

A vivência da velhice envolve aspectos positivos e negativos, incluindo a chegada da aposentadoria, que proporciona maior disponibilidade de tempo para a participação de atividades educativas e interativas, promovendo novas formas de sociabilidade fora do ambiente de trabalho. Contudo, essa fase também pode ser marcada por maior isolamento social e pela ruptura nas formas de sociabilidade anteriores, o que aumenta a necessidade de cuidados com a saúde mental dos idosos. Nesse contexto, os direitos humanos e as garantias oferecidas pelo Estatuto do Idoso refletem a compreensão de que o bem-estar mental é uma parte vital do conforto dessa população, que se vê necessitada de atenção e cuidados específicos para um processo de envelhecimento digno (Freitas, 2024).

MATERIAIS E MÉTODOS

Nesse projeto foi empregado técnicas de pesquisa afeitas a metodologia qualitativa que permitiram uma abordagem abrangente das questões atreladas à solidão na velhice e à participação social dos idosos. A pesquisa empreendeu a análise documental das políticas públicas voltadas para a pessoa idosa e realizou uma revisão bibliográfica nos campos da sociologia e da psicologia sobre a temática do envelhecimento e da solidão. Nos documentos que instruem as políticas para a pessoa idosa foi mapeado *como* e *se* o tema da solidão na velhice foi tratado. Por seu turno, o estudo bibliográfico consistiu na realização de uma sistematização da literatura acadêmica selecionada, composta por artigos científicos, livros, teses e dissertações nas áreas da sociologia e da psicologia que exploraram aspectos psicológicos, sociais e políticos relacionados à velhice, solidão e participação social dos mais velhos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise aponta que o envelhecimento humano envolve múltiplas dimensões, sendo condicionado por influências biológicas, psíquicas, sociais e identitárias. Apesar de o domicílio ser frequentemente idealizado como espaço de cuidado, os dados revelam que a maioria das mais de 408 mil denúncias de violência contra idosos, entre os anos de 2020 e 2023, ocorreu no ambiente doméstico (Universidade

Federal Fluminense, 2024), indicando negligência e abandono familiar. Nesse contexto, as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) se apresentam como uma alternativa de acolhimento, mesmo que reproduzam hábitos regimentados que podem fragilizar a independência e desconsiderar certas necessidades emocionais dos residentes. Encontrar-se institucionalizado ou morar sozinho não implica, por si só, estar solitário, visto que o fundamental consiste na qualidade das relações interpessoais. Conforme Bauman (2004), vivemos em um período de vínculos frágeis e transitórios, que resultam em experiências emocionais marcadas pela superficialidade. Na perspectiva de Durkheim (2000), a fragilização de conexões estáveis se vincula ao conceito de anomia, comprometendo a coesão social.

Além disso, as limitações físicas decorrentes de doenças crônicas são capazes de influenciar negativamente a satisfação com a vida, sobretudo, na ausência de diagnóstico e tratamento adequados (Drago; Martins, 2012). A retomada da autonomia, por sua vez, facilita o retorno à convivência social e emocional das pessoas idosas.

Outro aspecto importante é a transformação do papel simbólico dos idosos, antes vistos como detentores de sabedoria, e hoje percebidos como improdutivos, intensificando o estigma associado à velhice. A exclusão da pessoa idosa se torna mais grave devido às disparidades de gênero. Mulheres em idade avançada, historicamente vinculadas ao papel de cuidadoras, tendem a deixar de lado suas próprias demandas, recorrendo ao uso regular de psicotrópicos para manter a funcionalidade (Medeiros, 2019). No caso dos homens, o enfrentamento das dificuldades emocionais se vincula a um padrão de masculinidade que dificulta o controle das debilidades da idade avançada.

Por último, ressalta-se uma certa carência nas políticas públicas brasileiras, considerando que tanto a Política Nacional do Idoso (1994) quanto o Estatuto do Idoso (2003), por não contemplarem explicitamente os aspectos emocionais do envelhecer, priorizando abordagens médico-assistenciais. O arquivamento do PL nº 777/2024, que buscava reconhecer a saúde mental como um direito, revela a lacuna entre a demanda social e sua efetivação normativa. Assim, é necessário desenvolver políticas articuladas que incentivem o suporte emocional, a inserção social e a redução das desigualdades estruturais no envelhecimento.

CONCLUSÕES

O envelhecimento requer um olhar que ultrapasse as dimensões biomédicas e assistenciais, considerando a relevância dos aspectos afetivos e sociais para um envelhecimento saudável. A negligência dessas demandas nas políticas públicas mantém o obstáculo de incorporar a saúde mental como parte essencial do atendimento à pessoa idosa.

O combate à solidão e ao sofrimento emocional exige o fortalecimento das interações e do convívio social, com medidas preventivas que respeitem as particularidades da velhice e considerem desigualdades de gênero e trajetórias pessoais.

Também é necessário reavaliar o papel das instituições e dos familiares no suporte ao idoso, ampliando o amparo afetivo como forma legítima de cuidado. A implementação de políticas que incluam a dimensão emocional, aliada a práticas intersetoriais e humanizadas, é indispensável para garantir não apenas a longevidade, mas o pertencimento e a dignidade ao longo do envelhecimento.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi possível graças ao incentivo e apoio da Professora Simone, cuja orientação me conduziu desde o primeiro projeto até conclusão deste estudo. Agradeço também à Universidade Estadual de Maringá pelo ambiente institucional que tornou essa orientação possível.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

DRAGO, Susana; MARTINS, Rosa. A depressão no idoso. *Millenium*, n. 43, p. 79-94, jun./dez. 2012.

DURKHEIM, Émile. *O suicídio: estudo de sociologia*. Tradução de Monica Stahel. São Paulo: Martins, Fontes, 2010.

FREITAS, Patrícia da Conceição Barbosa de. Solidão em idosos: percepção em função da rede social. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gerontologia Social Aplicada) – Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional de Braga, Faculdade de Ciências Sociais, Braga, jun. 2011.

MEDEIROS, Luciana Fernandes de. A inter-relação entre transtornos mentais comuns, gênero e velhice: uma reflexão teórica. *Cadernos de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 448-454, 2019. DOI: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/cMhBSTyr6qcRFJfwNZQKH3M/?lang=pt>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-462X201900040316>. Acesso em: 25 jul. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Pesquisa revela mapa da violência contra idosos no Brasil. *UFF*, 5 jun. 2024. Disponível em: <https://www.uff.br/05-06-2024/pesquisa-revela-mapa-da-violencia-contra-idosos-no-brasil/>. Acesso em: 25 jul. 2025.